

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
CNPJ/MF: 62.577.929/0001-35
NIRE: 3530001003-5

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, Realizada em 16 de setembro de 2025

DATA/HORA E LOCAL: Aos 16 dias do mês de setembro de 2025, às 10 horas, foi realizada a Reunião do Conselho Fiscal em formato híbrido, por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, e presencialmente, na Sede da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, situada na Rua Águeda Gonçalves, 240, CEP: 06760-900, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo.

PRESENCAS: Participação dos membros em exercício do Conselho Fiscal: LUZIA VALÉRIA SARNO; MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA; WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO; ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS e BRUNO SANTOS ABREU CALIGARIS. DEBORA MORAES DA CUNHA GONÇALVES, Coordenadora do Escritório de Governança (**CDEG**); e SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES, Assessora do Escritório de Governança (**CDEG**), na qualidade de Secretária da reunião.

Os membros do Conselho Fiscal receberam a convocação da reunião e os respectivos documentos por meio da Plataforma Atlas Governance.

CONVIDADOS: GLAUBER ALEIXO FREDIANI, Gerente da Controladoria (**CTR**); JORGE LUIZ DE SOUZA, Gerente de Licitações e Suporte Administrativo (**GLS**); RICARDO LOURENÇO, Gerente de Facilities (**GFL**); PRISCILLA DE ASSIS PARADA, Superintendente de Estratégia e Governança (**SGV**); THIAGO WALTZ ALVES, Diretor de Relacionamento com o Cliente (**DRC**), CARLOS CESAR LUCAS DIAS, Assessor Técnico de Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais (**AEX1**)

ORDEM DO DIA:

1. Leitura da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal realizada em 19 de agosto de 2025.

Durante a reunião, procedeu-se à leitura da ata referente ao encontro ordinário do Conselho Fiscal realizado em 19 de agosto de 2025. Após a leitura, O Conselheiro Wagner solicitou alguns ajustes no documento. A ata, com as devidas alterações, será oportunamente remetida aos membros para análise, validação e assinatura. Por não ter participado da reunião em questão, o Conselheiro Bruno Santos Abreu Caligaris não se manifestou e nem participou da deliberação.

2. Ciência e apresentação do novo membro do Conselho Fiscal, Sr. BRUNO SANTOS ABREU CALIGARIS, eleito como membro efetivo, em substituição à Sra. Tarcila Peres Santos, nos na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12/09/2025, nos termos do Parecer CODEC 40/2025, de 04/9/2025.

A Sra. Sandra Soares, Assessora da Coordenadoria do Escritório de Governança, realizou breve exposição sobre o tema, destacando os trâmites e fundamentos da nomeação. Em seguida, o Sr. Bruno foi formalmente apresentado aos demais conselheiros, que registraram votos de boas-vindas e desejaram êxito no desempenho de suas atribuições no colegiado.

3. Ciência da posição econômica e financeira da Companhia: (atendimento aos itens 4.1, 4.2 e 4.3 do planejamento anual do CF) - a) Resultados acumulados - até agosto/2025; b) Contas a Receber e c) Fluxo de Caixa

Na reunião do Conselho Fiscal, o Sr. Glauber Aleixo Frediani, Gerente da Controladoria apresentou a análise detalhada da posição econômica e financeira da Companhia, conforme previsto nos itens 4.1, 4.2 e 4.3 do planejamento anual do Conselho.

Iniciou destacando os resultados acumulados até agosto de 2025, ressaltando que a receita da Companhia está 7% acima do orçamento previsto, totalizando aproximadamente 1,6 bilhão de reais, valor expressivo e consistente com os números apresentados mês a mês. Em comparação a 2024, a receita está 27% superior, o que demonstra um crescimento significativo. No entanto, o lucro líquido acumulado até agosto atingiu 14,7 milhões, o que, apesar de positivo, representa apenas cerca de 1% sobre a receita, ainda que seja um avanço considerável frente ao prejuízo de 81,7 milhões registrado no ano anterior. Chamou a atenção para a importância do Contas a Receber, que apresentou saldo de 242 milhões em títulos atrasados, sem alterações relevantes, em relação ao mês anterior, destacando, ainda, o acordo indenizatório com o Detran, que resultou em uma classificação de aproximadamente 45,6 milhões, com perspectiva de recebimento até novembro. Ele explicou que, ajustando o fluxo de caixa, o saldo


LS
41940


MD
41932


SS
39619


RCOV

líquido é de 42 milhões, levando em conta os pagamentos retidos a fornecedores no montante de 120 milhões. Ressaltou que a principal fonte para melhorar o caixa da Companhia está na receita proveniente da coleta biométrica autorizada para 2025, estimada em 116 milhões (jan a ago/2025), cuja realização seria crucial para resolver os problemas relativos aos pagamentos retidos aos fornecedores.

O Conselheiro Wagner **pontuou** uma preocupação jurídica relevante: a prestação de serviços públicos especificamente o programa **São Paulo na Direção Certa**, que envolve a coleta biométrica e emissão de documentos está sendo realizada pela empresa pública sem a devida remuneração, configurando uma prestação gratuita de serviços ao Estado. Ele enfatizou que, na sua visão, não existe respaldo legal para que uma empresa pública preste serviços gratuitos ao Estado sem o devido repasse financeiro. Por isso, **recomendou** que a Companhia, **em conjunto** com o **departamento jurídico**, faça uma **análise urgente** para esclarecer essa questão, buscando uma solução junto aos órgãos responsáveis, para evitar que este problema se estenda para exercícios futuros. O Sr. Glauber relatou que já houve reuniões com a Secretaria de Gestão e Governo Digital - SGGD, que reconheceu a necessidade de pagamento desses serviços, mas a definição sobre quem será o responsável pelo pagamento ainda está pendente.

Durante a discussão, foram esclarecidos aspectos técnicos sobre a arrecadação de 389 milhões de reais pelo Estado no período, que corresponde à soma dos serviços de coleta biométrica e impressão da CNH.

A Prodesp é responsável pela execução de ambos os serviços e deveria ser remunerada em aproximadamente R\$ 116 milhões, valor que permanece pendente de repasse. Foi ressaltado que, embora o Estado arrecade diretamente do cidadão pela emissão da CNH, nenhum valor desses recursos é atualmente destinado à Companhia, que é a executora efetiva das atividades. Tal descompasso evidencia a necessidade urgente de reequilíbrio contratual e orçamentário, de forma a assegurar a sustentabilidade da operação e a continuidade da prestação dos serviços.

Os membros do Conselho **ressaltaram** a importância de incluir no relatório uma discriminação clara entre os valores arrecadados pelo Estado e os valores efetivamente recebidos pela Companhia, bem como a separação entre custos da coleta biométrica e da impressão dos documentos, para maior transparência e compreensão do problema.

Além disso, foram apresentadas as estratégias adotadas para melhorar o fluxo de caixa da Companhia, como a continuidade das cobranças judiciais aos clientes e a busca por antecipação de receitas através do contrato de venda do imóvel MOOCA, que prevê 150 milhões em receitas a serem negociadas com bancos. Também foi destacado que a margem dos projetos da Companhia está mais apertada, o que impacta o resultado final, apesar da receita estar acima do orçamento.

Os conselheiros também chamaram a atenção para o volume expressivo de contas a receber, que somam 434 milhões em 31 de agosto de 2025, sendo parte significativa dessas contas de natureza indenizatória, em processo de negociação e aguardando formalização jurídica, o que tem demandado maior atenção e acompanhamento. Foi sugerido, ainda, que a Companhia intensifique a interlocução com os clientes, como o Detran e o IRGD, para alinhar as questões contratuais e orçamentárias, garantindo a execução dos pagamentos atrasados e futuros, especialmente considerando que a proximidade do final do exercício fiscal costuma ser um período de maior rigor orçamentário.

O Conselho destacou a necessidade de continuidade na busca por soluções financeiras, jurídicas e operacionais para garantir a sustentabilidade da Companhia, enfatizando a urgência em resolver as pendências relativas à prestação de serviços sem pagamento, ao fluxo de caixa apertado e aos atrasos nos recebimentos, como forma de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

O Sr. Glauber trouxe um número importante referente às projeções para o final do ano, explicando que, devido à política de provisão para devedores duvidosos (PDD), existe uma provisão prevista de impacto negativo de aproximadamente 64 milhões de reais. Este valor refere-se a títulos vencidos há mais de um ano, com destaque para faturas de novembro e dezembro de 2024 que ainda não foram recebidas, o que reforça a necessidade de intensificar as tratativas para a recuperação desses créditos.

Quanto ao fluxo de caixa, o saldo bancário em 31 de agosto era de aproximadamente 162,9 milhões de reais, porém, descontados os valores de fornecedores retidos, o saldo líquido ajustado era de 42 milhões. A projeção para setembro indica um caixa líquido negativo de 21 milhões, com um crescimento marginal previsto para dezembro, mas ainda próximo do limite mínimo de 32 milhões. O Conselho foi informado de que essas projeções já consideram os fornecedores retidos, cuja quitação está prevista para setembro, o que justifica o aumento expressivo nas saídas projetadas para este mês.

Destacou que o maior impacto no fluxo de caixa mensal advém dos altos investimentos, principalmente no projeto do motor biométrico, que consome cerca de 13 milhões de reais por mês, sem gerar receita imediata, pois a monetização dos dados biométricos só está prevista para 2026. Esse investimento significativo representa uma antecipação de gastos que, embora estratégica para a modernização e transformação digital da Companhia, gera pressão sobre o caixa no curto prazo.

Durante a discussão, o conselheiro Bruno questionou o salto expressivo nas saídas previstas para setembro, e o Sr. Glauber esclareceu que além do investimento biométrico, há os pagamentos acumulados de fornecedores retidos, que somam cerca de 120 milhões. Foi reforçado que a prática da Companhia tem sido não quitar esses fornecedores

até o final do mês, gerando um efeito acumulado que é transferido mensalmente para a linha de fornecedores retidos, o que impacta o fluxo de caixa.

A conselheira Luzia demonstrou preocupação com o impacto desses atrasos nos fornecedores, mencionando casos em que fornecedores já enfrentaram dificuldades financeiras, como atrasos no pagamento de funcionários, e solicitou informações sobre as medidas adotadas para mitigar esses riscos. O Sr. Glauber respondeu que há um monitoramento rigoroso do perfil e capacidade financeira dos fornecedores, buscando priorizar aqueles com maior risco e importância estratégica para a Companhia, para minimizar interrupções nos serviços essenciais.

Foi destacada a situação específica do fornecedor Valid, responsável pela impressão do CNH, com atraso acumulado de 8,2 milhões, o que pode comprometer diretamente o serviço de coleta biométrica. Quanto à Almaviva, também mencionada, foi explicado que essa empresa presta serviços variados, principalmente mão de obra, e enfrenta atrasos consideráveis, o que reforça a necessidade de atenção especial aos fornecedores estratégicos.

O Conselho **enfatizou** a importância de analisar o diálogo entre a situação financeira da Companhia e as políticas públicas que envolvem a Prodesp, especialmente considerando que a dificuldade de caixa e a retenção de fornecedores podem impactar a execução dos contratos e serviços públicos.

No encerramento da apresentação, o Sr. Glauber exibiu os anexos do balanço patrimonial e resultados acumulados, assim como as premissas utilizadas nas projeções do fluxo de caixa para o final do ano. Foi ressaltado que no segundo semestre há um impacto positivo na projeção do caixa devido à compensação de impostos, que diminui as saídas financeiras relacionadas a tributos.

O conselheiro Bruno levantou a questão da origem das receitas vinculadas aos serviços, destacando o orçamento do DETRAN, que contabiliza cerca de 14,4 milhões de reais para emissão de documentos de trânsito, e questionou a destinação desses recursos, ao que foi explicado que, por falta de vinculação específica, esses valores entram no caixa único do Tesouro.

Ao final, não havendo outras dúvidas, os membros do Conselho **reafirmaram** a importância de manter o monitoramento constante das contas a receber e do fluxo de caixa, recomendando maior rigor nas tratativas de recuperação de créditos, assim como maior atenção aos fornecedores estratégicos para evitar impactos operacionais. Também **recomendaram** a continuidade da apresentação e discussão detalhada do projeto do motor biométrico na pauta subsequente, para melhor compreensão das perspectivas financeiras futuras da Companhia.

4. Ciência dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade (atendimento ao item 11.2 do planejamento anual do CF)

O Sr. Jorge apresentou o relatório referente aos processos licitatórios e modalidades de aquisições e contratações da empresa, com foco especial nas realizadas por dispensa e inexigibilidade, atendendo ao item 11.2 do planejamento anual do Conselho. Inicialmente, compartilhou os indicadores relativos às licitações, destacando que no mês de agosto foram finalizadas 10 licitações, das quais 8 foram homologadas e 6 resultaram em saving, totalizando uma economia de [REDACTED] milhões, com uma eficiência de 6% no mês. No acumulado do ano, foram finalizadas 60 licitações, 50 homologadas, 17 em andamento e 6 suspensas, com uma eficiência acumulada de 28%, e economia total aproximada de [REDACTED] milhões. Ressaltou ainda o comparativo da economia por diretoria e apresentou os dados de custo evitado da PRODESP e outros órgãos. Em seguida, ele detalhou os processos realizados por dispensa e inexigibilidade, destacando o montante de [REDACTED] milhões em agosto, puxado principalmente pela licitação do Plano de Saúde, atualmente suspensa pelo Tribunal de Contas. Informou que, diante da suspensão, foi necessário realizar uma contratação emergencial para garantir a continuidade do plano aos colaboradores, com cláusulas específicas de rescisão e prorrogação. O Sr. Jorge explicou que o processo de suspensão envolve diversas impugnações e que há um esforço em curso para derrubar a decisão do Tribunal, sem sucesso até o momento. O contrato emergencial, segundo ele, foi negociado a um valor inferior ao contrato original, inclusive com desconto, mantendo o equilíbrio financeiro para a empresa. O acumulado do ano para processos de dispensa e inexigibilidade totaliza aproximadamente [REDACTED] milhões.

Nas compras diretas, foi informado que em agosto foram realizadas 30 compras totalizando [REDACTED] mil, com um acumulado anual de [REDACTED] milhões. O Sr. Jorge ressaltou que essas compras seguem critérios de análise para garantir transparência e eficiência.

Durante a reunião, membros do Conselho fizeram algumas perguntas, entre elas a quantidade de funcionários beneficiados pelo Seguro Saúde, estimada em cerca de 4 mil colaboradores, informação que será confirmada posteriormente. Também houve questionamento sobre o andamento do processo de despapelização, que está dividido em três lotes. O Sr. Jorge explicou que dois lotes já foram concluídos e que o terceiro está em fase de negociação para homologação, destacando que a estratégia é buscar o maior desconto possível antes de finalizar os demais lotes.

Por fim, o Sr. Jorge colocou à disposição do Conselho o acompanhamento detalhado dos processos licitatórios e ressaltou que, apesar das dificuldades com a suspensão do plano de saúde, a área de compras tem mantido um rigoroso controle e negociação para assegurar a continuidade dos serviços e o bom uso dos recursos públicos.

Os membros do Conselho fiscal **manifestaram-se** satisfeitos com as informações apresentadas, **recomendaram** a manutenção do acompanhamento rigoroso dos processos em andamento, especialmente os que envolvem dispensa e inexigibilidade de licitação, e solicitaram que fossem apresentadas atualizações regulares sobre a situação do **Plano de Saúde** e os processos de **despapelização**.

5. Ciência sobre o “acervo dos bens móveis Mooca e Prestes Maia”

Neste item, o Sr. Ricardo Lourenço, Gerente de Facilities apresentou um panorama detalhado sobre a situação do acervo de bens móveis localizados nos imóveis da Mooca e Prestes Maia, com o objetivo de dar ciência aos conselheiros acerca das providências adotadas e do andamento das ações de destinação dos ativos. Conforme relatado, o imóvel da Mooca foi vendido e a empresa encontra-se atualmente em fase de desmobilização do espaço, sendo necessário remover ou dar destino a cerca de 16 mil itens ali armazenados.

Inicialmente, informou que um primeiro leilão já foi publicado e está em andamento, abrangendo a maior parte do acervo, incluindo mobiliário, equipamentos gráficos, itens de tecnologia da informação, equipamentos elétricos, ferramentas, aparelhos de climatização, sucata e até uma carreta anteriormente utilizada pelo Poupatempo. Destacou que boa parte do material se encontra obsoleto ou sem possibilidade de reaproveitamento, o que justifica sua alienação por meio de leilão. O material inclui também equipamentos oriundos da antiga Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - IMESP e de postos desativados.

Um segundo leilão está sendo preparado, com previsão de arrecadação estimada em [REDACTED] mil, voltado aos itens que chegaram após o fechamento do primeiro lote. Este segundo leilão abrange aproximadamente 2.800 ativos, entre mobiliário e equipamentos diversos.

Além dos leilões, informou que uma parte do acervo, especificamente os bens pertencentes ao antigo gabinete do Prefeito Prestes Maia, já foi doada à Biblioteca Prestes Maia, após a assinatura do termo de doação pelo Secretário responsável. Também está em fase de definição a destinação de um acervo de 66 mil livros, dos quais cerca de 57 mil encontram-se armazenados na Mooca e o restante na Amazon. Há uma solicitação oficial da Secretaria da Educação (SEDUC) para recebimento da totalidade dos livros. A Biblioteca Mário de Andrade e a Secretaria da Cultura também manifestaram interesse, porém de forma parcial ou ainda não oficializada. O Conselho foi informado de que, até o momento, a SEDUC é o único órgão com solicitação formal registrada.

Informou que o valor contábil dos ativos é de [REDACTED] milhões, enquanto a avaliação feita por perito estima o valor de mercado em [REDACTED] milhões. O primeiro leilão tem previsão de ocorrer na primeira semana de outubro, com duração de três dias e um quarto dia reservado para lote remanescente, dada a quantidade expressiva de itens.

Em resposta às perguntas dos conselheiros, o Sr. Ricardo esclareceu que o imóvel da Mooca já foi vendido e encontra-se atualmente em fase de diligência por parte da empresa compradora. A expectativa é que o pagamento da primeira parcela ocorra em 25 de novembro de 2025, iniciando, a partir dessa data, o prazo de 90 dias para desocupação total do imóvel, o que reforça a necessidade de celeridade nas ações de leilão e doações.

Os membros do Conselho Fiscal **elogiaram** a iniciativa de desmobilização organizada dos ativos e solicitaram que o andamento do leilão seja incluído como **item de pauta** na próxima reunião, prevista para ocorrer em meados de outubro. **Sugeriram** que seja apresentada uma prévia dos resultados do leilão, considerando que o processo ocorrerá online e permitirá o acompanhamento em tempo real. **Recomendaram** que seja dada prioridade à formalização das doações pendentes, principalmente no que diz respeito aos livros, de forma a garantir a destinação adequada dentro do prazo necessário para desocupação do imóvel.

Finalizando, os conselheiros **reforçaram** a importância de que o Conselho Fiscal continue sendo informado sobre os desdobramentos da alienação dos ativos, especialmente em razão dos valores envolvidos e dos prazos contratuais relacionados à entrega do imóvel.

6. Acompanhar a execução das metas, verificando o cumprimento do Decreto estadual nº 59.598, de 16 de outubro de 2013, em especial às manifestações e aprovações da diretoria e do Conselho de Administração (atendimento ao item 12.1, do planejamento anual do CF)

A Sra. Priscilla de Assis Parada, Superintendente de Estratégia e Governança, apresentou ao Conselho Fiscal o acompanhamento da execução das metas corporativas da Prodesp até a competência agosto/2025 atendendo ao previsto no item 12.1 do planejamento anual do Conselho Fiscal. O status da evolução das metas integra o ciclo de governança da empresa, é previamente analisado pela Diretoria Executiva e, bimestralmente, submetido ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutária, sendo também apresentado ao Conselho Fiscal como parte das boas práticas de controle e transparência.

O painel de metas corporativas apresentado contempla indicadores vinculados aos objetivos estratégicos da Prodesp, organizados nas perspectivas do mapa estratégico vigente. Dentre as metas analisadas, duas foram destacadas por estarem apresentando sinal vermelho: a Meta 11, referente a disponibilidade e a Meta 23, relativa à manutenção do caixa mínimo da empresa.

A Meta 11 diz respeito a disponibilidade de 27 sistemas críticos da Prodesp. A meta do ano é 99,5%, com atingimento proporcional a partir de 99%. Entretanto, devido a incidentes ocorridos principalmente em março, a média acumulada

está em [REDACTED]%. Embora o mês de agosto já tenha registrado melhora (99,2%), o valor ainda não é suficiente para compensar as perdas anteriores. A equipe técnica elaborou planos de ação específicos, visando recuperar gradualmente a meta até o final do exercício.

A Meta 23, por sua vez, trata da manutenção de caixa mínimo em [REDACTED] milhões, sendo [REDACTED] milhões o valor proporcional. Embora não tenha sido detalhada durante a apresentação, os conselheiros confirmaram que o cenário havia sido anteriormente discutido na reunião com a área financeira.

Entre as metas em atenção (sinal amarelo), foram apresentadas a (Meta 1) pesquisa de satisfação dos clientes, (Meta 7) Vendas de soluções baseadas em dados, (Meta 8); Novos produtos baseados em dados (Meta 9) Novas APIs no marketplace e (Meta 10) Quantidade de novos clientes.

Os conselheiros fizeram questionamentos sobre o alinhamento das metas corporativas com os instrumentos de planejamento governamental, como o PPA. Foi esclarecido que, embora a Prodesp não detenha um PPA próprio, ela contribui com metas estratégicas inseridas no PPA da Secretaria de Governo, especialmente no eixo de governo digital, sendo a disponibilidade da Meta 11 um dos indicadores reportados. Adicionalmente, o planejamento estratégico da PRODESP, do qual derivam as Metas Corporativas, alinha-se à EGD Estratégia de Governo Digital, conforme DECRETO Nº 67.799

Outros pontos abordados incluíram a metodologia de definição das metas, os critérios de criticidade e a governança de monitoramento, a qual envolve pontos focais, supervisão da DEX e validação pela alta administração.

Ao final da apresentação, os conselheiros consideraram positiva a sistemática de acompanhamento das metas, destacando a transparência e clareza dos dados. Reforçaram que a continuidade do monitoramento bimestral é fundamental para garantir aderência aos objetivos estratégicos.

7. Ciência das informações sobre fatos relevantes a serem comunicados ao mercado (atendimento ao item 7.3 do planejamento anual do CF)

Foi informado pela Sra. Sandra Soares, Assessora da Coordenadoria do Escritório de Governança, aos membros do Conselho Fiscal que não foram identificados, no período em referência, fatos relevantes que demandassem comunicação ao mercado, nos termos da legislação e normativos vigentes. Ressaltou-se o compromisso contínuo da instituição com a transparência e o cumprimento das obrigações de divulgação, em conformidade com os princípios de governança corporativa.

8. Acompanhamento das Demandas (recomendações/solicitações) do Conselho Fiscal

Informações detalhadas acerca do projeto "**Motor Biométrico**", contemplando os principais aspectos técnicos, operacionais e financeiros do projeto.

Em atendimento à demanda do Conselho Fiscal, o Sr. Thiago Waltz, Diretor de Relacionamento com Clientes, apresentou informações detalhadas acerca do projeto "**Motor Biométrico**", prestando esclarecimentos técnicos, operacionais e financeiros do referido projeto. Iniciou destacando que o projeto não se confunde com a coleta biométrica tradicional, já conhecida dos conselheiros, mas sim com a implantação de uma nova infraestrutura tecnológica que possibilitará à Prodesp operar um ecossistema biométrico de alta precisão e acurácia, ampliando significativamente a sua capacidade de oferta de serviços nesta área.

Foi ressaltado que a iniciativa está amparada legalmente pelo Decreto Estadual nº 63.299/2018, que instituiu a Base Biométrica do Estado de São Paulo, e pela Estratégia de Governo Digital (Decreto nº 67.799/2023), sendo a Prodesp responsável pela operação dessa base. O objetivo é migrar os mais de 100 milhões de registros biométricos atualmente armazenados em uma base relacional Oracle não especializada para uma nova infraestrutura baseada em AIBs (Automated Biometric Identification System), garantindo maior qualidade, confiabilidade e possibilidades de monetização desses dados, sempre com atenção à LGPD e demais normativos.

O projeto prevê a implantação de um novo motor biométrico (Waves), com serviços como: incorporação biométrica, sanitização de bases, autenticação biométrica e busca e captura. A previsão de conclusão da primeira fase do projeto, com início da operação (go live), está marcada para dezembro de 2025, com previsão de entrada de novos produtos no portfólio da Prodesp.

Foram apresentadas estimativas de demanda, tanto no setor público (como IRGD e Detran), quanto no mercado privado (bancos, empresas de tecnologia, apostas esportivas), com projeção de receita de [REDACTED] milhões em cinco anos, frente a um custo total de [REDACTED] milhões, resultando num resultado positivo estimado de [REDACTED] milhões ao final do período. Destacou também a recuperação do investimento no 16º mês e payback projetado em 44 meses. Durante a exposição, os conselheiros formularam questionamentos técnicos e estratégicos. Destacou a preocupação com a flexibilização dos custos operacionais, sendo assegurado que o modelo adotado prevê um custo fixo diluído do investimento (capex) e custos variáveis atrelados ao volume de serviços efetivamente processados (opex). Foi esclarecido que, portanto, não há risco de gasto proporcional sem contraprestação.

Houve também questionamento quanto à coleta de dados biométricos de crianças e adolescentes, levantado pela conselheira Luzia, no contexto da utilização futura desses dados pela Secretaria da Educação. O Sr. Thiago se


LS
41940
MO
41932
SS
39619
RCOV

comprometeu a consultar especialistas da fornecedora Thales para obter dados técnicos precisos sobre a viabilidade e confiabilidade da coleta biométrica em faixas etárias mais jovens, considerando a evolução morfológica.

Em outro ponto, foi debatida a possibilidade de parcerias com a área de segurança pública e com outros entes federativos. O expositor reconheceu que historicamente há resistência por parte de órgãos de segurança quanto ao compartilhamento de dados, porém sinalizou que a nova gestão do DIPOL se mostrou aberta a parcerias, especialmente no tocante ao serviço de adjudicação de identidade. Confirmou ainda, que os serviços estarão disponíveis na “prateleira da Prodesp” para contratação por qualquer ente público estadual, inclusive para uso em aplicações como investigação criminal, desde que respeitados os critérios legais e contratuais vigentes.

Destacou que o sistema respeita padrões internacionais de coleta e validação biométrica, como o **ICAO - International Civil Aviation Organization**, e que todo o processamento garante a confidencialidade dos dados, não sendo os dados brutos compartilhados com os clientes, apenas scores de veracidade e indicadores de similaridade, conforme as práticas de segurança da informação adotadas pela empresa.

Ao final da apresentação, o Conselho Fiscal **tomou ciência** das informações apresentadas e **recomendou**: a continuidade do acompanhamento periódico do andamento do projeto biométrico, com especial atenção às etapas críticas de implantação, bem como a validação, pelas áreas técnica e jurídica, dos modelos de monetização da base biométrica, de modo a mitigar riscos legais e reputacionais. **Recomendou** ainda, a articulação institucional com as Secretarias de Segurança Pública, Educação e demais interessadas, a fim de fomentar o uso da plataforma no Estado de São Paulo e ampliar sua aplicação social, além do detalhamento, em momento oportuno, dos riscos associados à manutenção do motor biométrico por empresa estrangeira, incluindo a análise de planos de contingência e os impactos sobre a soberania tecnológica.

Acompanhamento periódico da evolução da regularização das pendências financeiras junto ao Detran-SP, com ênfase naquelas superiores a 60 dias.

Na sequência, acerca do acompanhamento periódico à demanda do Conselho Fiscal, o Sr. Carlos César, Assessor Técnico de Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais, apresentou planilha atualizada das ações em curso para regularização das pendências financeiras entre a PRODESP e o DETRAN-SP. Apesar de o tema não constar especificamente como item de pauta nesta ocasião, a apresentação foi autorizada pelos conselheiros presentes, tendo em vista seu caráter contínuo e a relevância estratégica do tema.

O Sr. Carlos César iniciou a apresentação reafirmando o compromisso da PRODESP com a resolução das pendências financeiras junto ao DETRAN-SP, as quais somavam, até julho de 2025, aproximadamente [REDACTED] milhões. Foi destacada a continuidade das medidas de controle e regularização, incluindo reuniões semanais com representantes do DETRAN e gestores fiscais dos contratos, com foco na priorização de pagamentos, validação de notas fiscais e comprovação de entregas.

Com base nas ações implementadas desde o início do ano, foi possível observar uma expressiva evolução nos recebimentos: o primeiro quadrimestre registrou [REDACTED] milhões, enquanto o segundo alcançou [REDACTED] milhões. Essa melhoria foi atribuída à transição de um ciclo vicioso para um ciclo virtuoso de regularização, fruto de alinhamentos contratuais, reestruturação de processos e avanços nos trâmites jurídicos envolvendo a Procuradoria Geral do Estado (PGE), atualmente na fase 7 do cronograma de análise para liberação dos pagamentos devidos.

Os dados consolidados apontam que o total de pendências foi reduzido de [REDACTED] milhões (em abril de 2025) para [REDACTED] milhões (em setembro), dos quais [REDACTED] milhões estão relacionados ao contrato de hiperautomação, cuja renovação está em curso. A previsão é que, até meados de outubro de 2025, esse passivo esteja regularizado, conforme cronograma acordado com os órgãos envolvidos.

Além disso, o faturamento mensal médio com o DETRAN gira em torno de [REDACTED] milhões, o que demonstra uma estabilização nas operações correntes. O Conselho foi informado de que as únicas pendências relevantes ainda em aberto envolvem notas fiscais específicas de licenciamento de software (OGEP e SaberArc), atualmente em fase final de tratativas com o cliente.

Por fim, o Sr. Carlos César reiterou seu compromisso com a transparência, o equilíbrio financeiro e a conformidade contratual, colocando-se à disposição para esclarecimentos adicionais.

O Conselho Fiscal agradeceu a posição relativa à evolução da regularização das pendências financeiras junto ao Detran-SP e **recomendações** a manutenção do acompanhamento mensal da evolução das pendências financeiras junto ao DETRAN-SP, com ênfase nos valores vencidos há mais de 60 dias; a continuidade das reuniões técnicas com o DETRAN e relato sistemático das tratativas e resultados; a apresentação de relatório atualizado na próxima reunião do Conselho Fiscal, incluindo cronograma revisado, quando aplicável; e o compartilhamento prévio dos materiais, preferencialmente com 48 horas de antecedência, para garantir análise adequada dos dados.

9. Outros assuntos de interesse social

a) Ciência da contratação da Sra. Renata Avigro Rosa, Gerente da Auditoria Interna, em substituição à Sra. Thaisa Maira Demartini Fré



O Conselho Fiscal, tomou ciência da contratação da Sra. Renata Avigro Rosa para o cargo de Gerente da Auditoria Interna, em substituição à Sra. Thaisa Maira Demartini Fré, conforme apresentado pela Sra. Sandra Soares, Assessora da Coordenadoria do Escritório de Governança.

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA: Não havendo outros assuntos a serem tratados e tendo sido esgotada a pauta do dia, os membros do Conselho Fiscal agradeceram a atenção e a colaboração de todos os presentes, declarando encerrada a presente reunião. E eu, **Sandra Marinalva da Silva Soares**, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos senhores membros do Conselho. Taboão da Serra, 16 de setembro de 2025.



Luzia Valeria Sarno

41940

LUZIA VALÉRIA SARNO
Membro do Conselho Fiscal



Maurício Barutti De Oliveira

41832

MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA
Membro do Conselho Fiscal



Roberto César De Oliveira Viegas

ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS
Membro do Conselho Fiscal

BRUNO SANTOS ABREU CALIGARIS
Membro do Conselho Fiscal



Sandra Marinalva Da Silva Soares

39619

SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES
Assessora da Coordenadoria de Escritório de Governança e Secretária da Reunião

Minuta Ata Reunião Ord CF 16-09-2025.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 9B88D-81560-83453



Solicitação de assinatura iniciada por: Sandra M. d. S. S. em 14/10/2025

Assinaturas



Sandra Marinalva da Silva Soares
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 14 de outubro de 2025, 12:38:33 | [Redacted] | [Redacted]
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 141.0.0.0,
Windows 10 | Celular: (**) *****-0797



Mauricio Barutti de Oliveira
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 14 de outubro de 2025, 23:35:59 | [Redacted] | [Redacted]
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 141.0.0.0,
Windows 10 | Celular: (**) *****-7685



Luzia Valeria Sarno
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 15 de outubro de 2025, 17:09:07 | [Redacted] | [Redacted]
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 141.0.0.0,
Windows 10 | Celular: (**) *****-0574



Roberto César de Oliveira Viegas
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 22 de outubro de 2025, 09:28:56 | [REDACTED]
[REDACTED] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 141.0.0.0,
Windows 10 | Celular: (**) *****-1000



Wagner de Campos Rosário
Assinatura Pendente